



Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores

**Parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XIII/1ª (BE)**

“Mecanismo de compensação financeira aos pescadores da Região Autónoma dos Açores pela potencial quebra nas capturas resultantes da nova Rede de Áreas Marinhas Protegidas”

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Comissão Especializada  
Permanente de Economia  
Deputado Paulo Simões

Senhor Presidente,

A APASA, Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores, é uma Organização de Produtores, que está em atividade desde 1985, com sede na cidade da Horta. Temos vindo a colaborar com os diversos governos, sempre em prol da sustentabilidade quer ao nível das espécies alvo (tunídeos), quer ao nível social, como também do ponto de vista económico.

Assim relativamente ao assunto em questão, cabe-nos deixar bem claro, que concordamos com a criação de uma Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores. No entanto, não podemos concordar de todo, com a forma como estão a ser implementadas, aliás como sempre defendemos desde o primeiro dia de reuniões no âmbito deste processo.

Então, interessa primeiro perceber o que é a pesca, e o impacto que esta sofrerá com esta RAMPA. Deveria ter-se procedido em primeira instância, à elaboração de um estudo de impacto socioeconómico e só depois discutir a sua implementação.



Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores

Também é importante perceber a especificidade de cada pescaria para, a partir daí, se efetivar dignamente uma reestruturação da frota açoriana e consequentemente se proceder à compensação financeira das frotas afetadas.

No caso da APASA, e como já referimos, estamos exclusivamente direcionados para a pesca de tunídeos, mais especificamente as espécies, patudo, bonito, voador, galha a ré e rabilo. Ou seja, defendemos quem se dedica a pescar atuns nas águas açorianas. Depois é fundamental saber que estas espécies são pelágicas, ou seja, não são residentes nos Açores, deslocam-se até cá na sua migração, para se alimentarem, quando as condições assim o permitem. Realçamos que os Açores, estão no limite Norte da distribuição geográfica destas espécies, ou seja, acima dos Açores não há atuns. Queremos dizer com isto, que há anos em que o surgimento destas espécies nas nossas águas, pode ser abundante ou não. Assim a nossa frota está dependente da reunião de condições ambientais, alimento e condições da água, como temperatura e salinidade, que permitam que estes atuns apareçam na nossa região.

É também importante perceber que estas espécies, chegando à nossa região, irão procurar locais onde possam aceder ao seu alimento, geralmente grandes e pequenos montes submarinos e zonas costeiras. A sua permanência vai também depender das condições ambientais acima referidas. Alterações ao nível da temperatura ou salinidade ou falta de alimento, vai influenciar diretamente estas espécies. Exemplo disso, é o que se passou no presente ano de 2025, onde consideráveis quantidades de atum, foram capturadas nestas importantes áreas estratégicas para a frota.

Ao querer-mos fechar os principais montes submarinos, que sustentam a frota atuneira e de quem dela vive, com o alegado intuito de proteger espécies e ecossistemas vulneráveis marinhos, é incoerente logo de início, pelas razões que já explicámos, falamos de espécies migratórias. Alertamos também que algumas destas espécies, já estão abrangidas por



Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores

regras de capturas, umas implementadas por recomendações da ICCAT e outras implementadas pela região. Queremos dizer com isto que, proibir a pesca de atuns nos principais montes submarinos, não é para proteger espécies ou ecossistemas, pois a pesca de salto e vara, é altamente seletiva, sustentável e amiga do ambiente, mas eventualmente restringir o acesso à pescagem de atum nestas zonas, a favor de determinadas atividades, sobre a qual, se desconhece estudos sobre o impacto delas nesses ecossistemas e cujo o controlo é nenhum. Para além dos impactos socioeconómicos, importa sublinhar o paradoxo ambiental, que esta decisão encerra, ao obrigar os barcos a aumentarem os custos com combustíveis, na procura de peixe e consequentemente aumentar o nível de emissões de poluentes.

Então com todas as variáveis enunciadas, sobre a pesca do atum nos açores e da sua imprevisibilidade, questionamos como se poderá aferir um valor, para uma compensação financeira?

A APASA defende e solicita que se reconheça a possibilidade de se continuar a pescar nos principais montes submarinos. Dispensamos apoios, somente que nos deixem pescar. Inclusivamente antecipamos, um cenário em que as verbas que poderão ser dispensadas, não irão nem de perto nem de longe cobrir as reais perdas de rendimentos, que não serão só da pesca. Questionamos se estão contemplados, os postos de trabalho de empregados da Lotação que estarão em risco, por exemplo, ou das conserveiras que se tornarão inviáveis e terão de despedir funcionários.

O fato de se prever uma compensação financeira, no caso de diminuição do valor de venda em lota, não faz sentido, porque haverá diminuição das capturas, unicamente por não se capturar peixe. Assim como não fazer sentido, atribuir compensação financeira somente às embarcações registadas há pelo menos 5 anos, é discriminatório. Deve se contemplar as embarcações com licença de pesca e em atividade comprovada.



Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores

No que diz respeito à pesca do atum, temos dúvidas quanto à forma como a compensação será feita. Por exemplo, será dada somente aos armadores, ou as companhias serão contempladas? Em caso afirmativo, durante quanto tempo durará esse apoio mensal?

Resumindo, a APASA apoia a implantação da RAMPA, mas entende ter de haver uma discriminação positiva da pescaria de salto e vara, por ser necessário proteger uma pescaria, reconhecida como altamente sustentável, reservando-lhe a possibilidade de poder operar nos principais montes submarinos, e com isso podermos manter um clima de sustentabilidade, para as espécies alvo, sustentabilidade social para quem vive desta pescaria, sustentabilidade económica das empresas armadoras, e uma sustentabilidade comercial, ao nível dos comerciantes e indústria, que todos os dias trabalham também para valorizar o nosso pescado.

Estamos convictos, de que uma pesca feita à superfície, sem contato com fundos marinhos, nem com espécies que não os tunídeos, não deve ser colocada em risco de extinção e com ela arrastar toda uma economia, que traz valor acrescentado à região. Lembramos que a pesca do atum é certificada com Dolphin Safe, Friend of The Sea e Naturland. Foi também distinguida como a primeira pescaria livre de plásticos, recolhendo mais lixo do que produz. Está estimado, que a safra atuneira produz cerca de um quilo de plástico por ano, e recolhe toneladas.

É urgente acabar com determinados lobbys, e proteger uma pescaria que é praticamente centenária na nossa região e que faz parte da nossa cultura.